

Apresentação

Impossível iniciar essa apresentação sem um panorama da nossa realidade, o tempo presente. Após um 2020 incerto e amedrontador, percebemos, como sociedade, a importância do desenvolvimento e financiamento das ciências. Já em meados do mesmo ano, um grupo diverso de pesquisadores de todo o mundo se empenharam dia e noite em busca de respostas aos nossos anseios e em dezembro os ingleses começaram a vacinação contra a covid-19. Pensamos que 2021 seria mais fácil, por termos informações em profundidade sobre o vírus, engano nosso. Enquanto governantes de todo o mundo iniciavam campanhas pela vacinação em massa, no Brasil reinava o discurso antivacina, baseado em argumentações fraudulentas e irresponsáveis. Em março, entramos no caos, com o maior índice de casos e mortes desde o início da pandemia, hoje totalizamos 618 mil vidas perdidas.

Assim, não bastasse o contexto global de pandemia, a situação brasileira se agrava com esse governo negacionista, autoritário e reacionário. Os discursos de ódio, disseminação de *fake news* e destruição das estruturas básicas de manutenção da saúde, educação e meio ambiente são os compromissos do governo. A pandemia escancarou esse projeto político de necropolítica.

A pós-graduação, base da produção intelectual e científica brasileira, vinha sofrendo desde 2016 queda nos investimentos, se agravando com a eleição de Jair Bolsonaro e sua política negacionista. Segundo dados obtidos pela UNESCO em 2021, apesar da falta de investimento, o país mantém a posição de 13º maior produtor de conhecimento científico do mundo, contrastando com a queda no investimento do PIB no setor, que caiu de 1,34% em 2015 para menos de 1% em 2020. Esses dados são importantes para mostrar a resiliência e o apreço pelo conhecimento científico e intelectual dos pesquisadores brasileiros.

Os desafios que precisamos enfrentar contra essas intempéries são abissais, mas não apenas isso. Tudo mudou, nossas relações, modos de vida, a maneira como nos comunicamos e pesquisamos. Nossas Universidades, espaços de acolhimento, aprendizagem e comunhão permaneceram em sua grande parte fechadas. Nossos arquivos e museus, espaços vitais para a pesquisa histórica seguiram o mesmo caminho. Nos adaptamos e seguimos produzindo, apesar de todas adversidades.

A História é uma disciplina de eterna disputa de narrativas, nós historiadores precisamos estar atentos e compromissados com as demandas, produzir conteúdo relevante para a sociedade, que contestem e resistam, principalmente em tempos sombrios de desmantelamento e silenciamento dos nossos pares.

Assim, esse volume é composto por 9 artigos, fruto da ação coletiva de pesquisadores e historiadores atentos e compromissados com o tempo presente. Os textos que compõem essa edição são plurais e trazem uma amostra da riqueza da pesquisa histórica, a partir de reflexões atuais e relevantes para a sociedade brasileira e conhecimento histórico.

Iniciamos nossas reflexões com a contribuição de Amanda Ribeiro dos Santos, que em seu texto, intitulado “Ocupando a Historiografia do Quilombo: A revisão conceitual de Beatriz Nascimento” explora o conceito de Quilombo estudado e revisado pela historiadora e ativista negra Beatriz Nascimento sob a ótica de pensar esses espaços como locais de resistência. O artigo conclui que apesar da importância da sergipana para o desenvolvimento da historiografia brasileira no século XX, sua pesquisa é pouco explorada pelos pares, em decorrência do racismo institucionalizado e enraizado em nossa sociedade, que apesar dos avanços, permanece com uma mentalidade escravocrata.

Andrezza Alves Velloso, a partir da história biográfica, em seu artigo “Um homem, várias faces: as múltiplas narrativas atribuídas à António Dinis da Cruz e Silva”, apresenta-nos a biografia do português António Dinis da Cruz e Silva (1799-1831), poeta árcade, jurista, entre outras atribuições, para compreender os contextos políticos e sociais de Portugal durante o século XIX. Por meio de tal personagem, foi possível apresentar à própria história lusitana ao longo dos Oitocentos, como também dos próprios movimentos literários perpassados no período.

Regressando ao século XX, André Luís Domingos, no artigo “O futebol tabela com a política: futebol e as “Diretas Já” nos editoriais da revista “Placar (1982-1984)”, apresenta o contexto de finais da ditadura militar para analisar o papel da revista esportiva Placar e seu posicionamento frente às manifestações conhecidas como Diretas Já, que deram coro à redemocratização, tão almejada depois de duas décadas de ditadura. Assim, o autor desenvolve sua análise a partir do auxílio da produção acadêmica sobre o tema, assim como dos editoriais da revista entre 1982 e 1984. Temática relevante para pesquisa nacional, tendo em vista o papel crucial da ditadura militar na segunda metade do século XX brasileiro, tendo inúmeros resquícios até hoje assombrando o presente.

No próximo artigo, intitulado “Censos de 1872 e 1940: A transição para o trabalho livre e a composição demográfica dos estados de Minas Gerais e São Paulo”, escrito por Ana Leite, Guilherme Barbosa, Luiz Martins, Marília Perschini, Rafael Vieira, Tallita Oliveira e

Thamiris Rodrigues, os autores realizam um estudo comparado entre os dados relativos à etnia e raça de Minas e São Paulo em duas temporalidades, no final do século XIX, em quase fins do período monárquico e pós abolição da escravidão e em 1940, já no período republicano. A partir desses dados, eles aferiram as diferenças entre a mão de obra nos dois estados, tendo em vista os fatores de imigração, muito fortes no contexto paulista e em Minas Gerais, onde predominou a mão de obra nacional, no entanto, apesar dessa diferença de origem da mão de obra, ambos constituíram em sua maioria o trabalho assalariado. A partir dessa pesquisa é interessante perceber as mudanças com as quais o Brasil estava passando em fins do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

Raimundo César Vaz Neto em “Carmélia Alves: uma cantora brasileira, a rainha do bailão” traça um estudo biográfico a partir de pesquisas biográficas e bibliografias sobre a era do rádio da carreira da cantora carioca. O autor problematiza a carreira da cantora, que começou no samba, mas se encontrou no bailão, ganhando a rádio brasileira durante a década de 1950, principalmente com a música Sabiá na jaula.

Em “América: conquista, invenção ou descoberta? Um debate historiográfico e educacional”, Gabriella Figueiredo do Carmo Moreira e Karolinne de Souza Tinoco pensam a escolha do conceito “descoberta” quando referido à invasão da América durante as Grandes Navegações na disciplina de História da Educação Básica. Apesar da renovação historiográfica na década de 1980, ainda hoje permanecem termos e conceitos de uma historiografia positivista, principalmente quando trata-se do ensino básico. As pesquisadoras utilizaram como base autores decoloniais para pensarem as mudanças estruturais da educação e avaliam os documentos base para formulação do currículo educacional brasileiro.

No artigo “Cristãs Novas e o criptojudáismo feminino no espaço colonial pernambucano (século XVI), José Alex Livino da Silva faz um estudo descritivo a partir das denúncias e confissões da Primeira Visitação do Santo Ofício em Pernambuco. O autor analisa as perseguições do Tribunal na Capitania de Pernambuco e as estratégias de resistência utilizadas pelas cristãs novas naquele contexto colonial para manterem a fé e a crença no criptojudáismo.

No penúltimo artigo dessa edição, Domingos Dutra dos Santos e Guilherme Aguiar Gomes fazem um estudo analítico em “A África e a BNCC: uma análise do livro didático “História: sociedade e cidadania” de Alfredo Boulos”. No texto, os autores trabalham a

temática da História e Cultura Afro-Brasileira a partir da análise de textos, imagens e atividades contidas no livro didático acima citado e tendo como pilar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo de referência obrigatória em na elaboração de todos os currículos escolares brasileiros, sejam nas redes públicas ou privadas. O objetivo do artigo foi identificar as contribuições presentes no livro para a compreensão do aluno nas questões envolvendo a presença e importância dos povos africanos na construção da sociedade brasileira. Além disso, é importante salientar que desde 2003 foi sancionada a Lei 10639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para incluir no currículo brasileiro a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. No entanto, passados quase 20 anos da lei, ainda hoje é possível observar defasagens no ensino das temáticas étnico-raciais, como analisado por Santos e Gomes.

Finalizamos a edição com o artigo “Assimilação para exclusão: questões de pertencimento em ‘Vavó Xíxi e seu neto Zeca Santos’, de José Luandino Vieira” de autoria de Mateus Roque da Silva. No estudo, o autor discute o lugar dos sujeitos assimilados em Angola no contexto de colonização portuguesa e os debates em torno da ambiguidade colonizador/colonizado a partir do personagem Zeca Santos, presente no conto “Vavó Xíxi e seu neto Zeca Santos”, escrito por Luandino Vieira e publicado no livro de contos Luanda em 1964.

Agradecemos em especial nossos colaboradores que tão generosamente aceitaram fazer parte dessa nova fase da revista História em Curso para continuarmos o legado de pluralidade e um espaço de encontro de pesquisas engajadas e atentas. Que 2022 estejamos unidos no empenho de reconstruirmos um país mais justo, alinhados ao pensamento científico e a democracia.

Boa leitura.

Fernanda Mendes Santos¹

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e Licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: fernanda54mendes@gmail.com